



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIII - Nº 001 - QUINTA-FEIRA, 7 DE FEVEREIRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO** – PMDB – RN

1º Vice-Presidente

Deputado **NARCIO RODRIGUES** – PSDB – MG

2º Vice-Presidente

Senador **ÁLVARO DIAS** – PSDB – PR

1º Secretário

Deputado **OSMAR SERRAGLIO** – PMDB – PR

2º Secretário

Senador **GERSON CAMATA** – PMDB – ES

3º Secretário

Deputado **WALDEMIR MOKA** – PMDB – MS

4º Secretário

Senador **MAGNO MALTA** – PR – ES

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

**1 – ATA DA 1ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE),
EM 6 DE FEVEREIRO DE 2008**

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à instalação dos trabalhos da 2ª
Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura... 00004

1.3 – FALA DA PRESIDENTE DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL (Ministra Ellen Gracie)

1.4 – LEITURA DE MENSAGEM DO PRESI-
DENTE DA REPÚBLICA

1.5 – FALA DO PRESIDENTE DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS (Deputado Arlindo Chinaglia)

1.6 – FALA DO PRESIDENTE DO CONGRES-
SO NACIONAL (Senador Garibaldi Alves Filho)

1.7 – ENCERRAMENTO

CONGRESSO NACIONAL

**2 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRES-
SO NACIONAL**

**3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-
CIAL**

**4 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO
PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 1ª Sessão Conjunta (Solene), Em 6 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Garibaldi Alves Filho

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 5 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados)

Compõem a Mesa: à direita do Presidente Garibaldi Alves Filho; o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia; a Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff; e o Primeiro-Secretário do Congresso Nacional, Deputado Osmar Serraglio; à esquerda: a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, o Primeiro Secretário do Senado Federal, Senador Efraim Moraes, e o Primeiro Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputado Nárcio Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos aqui presentes para a sessão solene destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Declaro, pois, aberta a sessão e instalados os trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional pela Banda dos Fuzileiros Navais.

(Procede-se à execução do Hino Nacional. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Convido a Exm^a Sr^a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, a fazer a entrega da Mensagem do Poder Judiciário. (Palmas.)

Convido a Exm^a Sr^a Ministra de Estado, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, portadora da Mensagem do Senhor Presidente da República, a fazer a entrega da mensagem de Sua Excelência. (Palmas.)

Tenho a honra de conceder a palavra à Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, para ler a Mensagem do Poder Judiciário.

A SRA. ELLEN GRACIE (Presidente do Supremo Tribunal Federal) – Exm^o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Congresso Nacional, na

pessoa de quem saúdo a todos os Exm^{os} Srs. e Sr^{as} Senadores; Exm^o Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, por quem saúdo a todos os Srs. e Sr^{as} Deputados; Exm^a Sr^a Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil; Exm^o Sr. Ministro Gilmar Mendes, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exm^o Sr. Ministro Carlos Ayres Britto, Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral; Exm^{os} Srs. e Sr^{as} Embaixadores e demais representantes do Corpo Diplomático, Exm^o Sr. General Enzo Martins Peri, Ministro da Defesa em exercício; Exm^o Sr. Tenente Brigadeiro do Ar, Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exm^o Sr. Almirante de Esquadra, Júlio Saboya de Araújo Jorge, Comandante da Marinha; Exm^o Sr. Deputado Márcio Rodrigues, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso; Exm^o Sr. Deputado Osmar Serraglio, 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional; Exm^o Sr. Senador Efraim Moraes, 1º Secretário da Mesa do Senado Federal; Exm^o Sr. Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Ministros dos Tribunais Superiores, Exm^{os} Srs. Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Srs. Ministros de Estado, Senhoras e Senhores, é esta a segunda ocasião em que retorno a esta Casa, Sr. Presidente, para trazer aos Srs. Congressistas, na forma prescrita pela Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Justiça.

Volto a assinalar que não se trata de cumprimento de formalidade, mas de ocasião para reatar e dar seguimento ao diálogo institucional indispensável ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

O texto integral do extenso e detalhado relatório, que ora formalmente faço chegar aos representantes do povo brasileiro, diz das realizações e das dificuldades superadas ao longo do ano de 2007 e projeta para o futuro as bases de uma Justiça mais acessível e mais ágil no atendimento aos cidadãos.

Mas que seja, Sr. Presidente, nossa primeira palavra a de agradecimento aos Srs. Parlamentares, que, não obstante todas as dificuldades políticas que caracterizaram o ano recém-findo, deram expressão

a seu apoio ao Conselho, aprovando a Lei nº 11.618, que possibilitou a nossa tão necessária estruturação administrativa.

Ao Conselho Nacional de Justiça, gerador de tanta expectativa quando de sua criação pela Emenda Constitucional nº 45, não foi oferecida uma estrutura mínima. Por isso, até agora, funciona à base de cedência de servidores integrantes dos quadros de outros órgãos do Judiciário, todos, como se sabe, no limite de sua capacidade operacional dado o acúmulo dos feitos em tramitação e a defasagem quantitativa de seus efetivos.

Faço questão de frisar este ponto para destacar a extrema dedicação e idealismo que reuniu em esforço conjunto conselheiros, juízes auxiliares e servidores ao longo destes dois anos e meio de atividades profícuas.

É de justiça assinalar a importância do acordo de cooperação técnica, mediante o qual o CNJ pôde contar com o apoio dos quadros altamente qualificados do Tribunal de Contas da União, para a realização de muitas de suas atividades de auditoria.

Nosso diálogo com o Parlamento tem sido constante e proveitoso. Inúmeras foram as ocasiões nas quais, ao longo do último ano, procuramos ou fomos procurados pelos Srs. Parlamentares, para contribuir com sugestões ao arcabouço legislativo.

Por igual, recentemente, temos encontrado franqueza de diálogo com os membros da Comissão Mista de Orçamento no encaminhamento dos ajustes tornados necessários.

Sabem os Srs. Congressistas que a participação do sistema judiciário federal no total do Orçamento Geral da União é de apenas 1,72%. Sabem também que, do total que nos é atribuído, a parcela mais importante corresponde à folha de pagamentos e a encargos sociais. É, portanto, nossa atividade específica, vale dizer, a prestação de serviços de Justiça, que conforma nossos gastos. A rubrica de investimentos resume-se, em boa parte, a necessárias inversões em infra-estrutura de tecnologia, que nos permitirão prestar melhores serviços, e a raras e pontuais melhorias de instalações físicas.

Considero importante destacar que o Poder Judiciário Federal é, sem dúvida, a melhor relação custo/benefício no serviço público brasileiro, pois apenas uma pequena parcela da atividade da máquina judiciária faz retornar aos cofres públicos a totalidade de seus gastos operacionais. Falo da atividade de cobrança de execuções fiscais e do recolhimento automático de valores correspondentes a contribuições sociais e a imposto de renda na fonte.

Esses resultados, monitorados nos últimos três anos, demonstram um excedente a favor do Tesouro Nacional. Não conheço, Srs. Parlamentares, outros serviços – excetuados os que tenham função específica de recolhimento –, que façam retornar integralmente seu custo, como o faz o Judiciário Federal. É possível intuir que o mesmo ocorra relativamente aos judiciários estaduais. Para esta afirmação, não tenho dados concretos. Estamos coletando-os; eles fazem parte de uma pesquisa importante, que está em anexo, Sr. Presidente, à mensagem que ora entrego ao Congresso Nacional.

O CNJ tem feito grandes esforços para esmerar suas estatísticas. Esses dados são indispensáveis ao planejamento de atividades e se tornam cada vez mais acurados, mediante os aperfeiçoamentos levados a efeito sobre o banco intitulado Justiça em Números, já disponível em sua 4ª edição, coligindo e analisando números do exercício de 2006.

É importante, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, referir o grande avanço que significa a uniformização taxonômica, introduzida com a criação das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário. A partir desse marco, toda a circulação dos feitos pelo sistema judiciário obedecerá a uma terminologia homogênea, correspondente a conceitos precisos. Classes processuais, movimentação processual e tabelas de assuntos unificadas representam o resultado de um enorme esforço para reunir todos os ramos do judiciário numa linguagem comum, que nos permita eliminar as ambigüidades de denominação que resultavam em classificações inadequadas e, afinal, no recolhimento de estatísticas imprecisas. A melhoria tem ainda o efeito benéfico de permitir o aproveitamento do trabalho realizado na primeira instância pelas demais instâncias julgadoras.

O Conselho Nacional de Justiça tem pouco mais de dois anos e, como todo órgão novo, o Conselho precisou encontrar seus caminhos e desenhar sua missão e suas formas de atuação. As solicitações recebidas precisaram ser depuradas, ao longo destes anos formadores, para que não se venham a desvirtuar as finalidades de criação do órgão. Sofremos uma demanda por soluções de problemas individuais que melhor encontram escoadouro na via judicial. Pouco a pouco, pudemos perceber que alguns reclamantes pretendiam, na verdade, transformar o Conselho em instância revisora de decisões administrativas pontuais. Com isso, a jurisprudência inicial, bastante aberta, foi-se alterando, para restringir suas manifestações aos casos que comportam repercussão nos segmentos do Judiciário de forma mais ampla. O novo regimento

interno, ora em fase final de elaboração, enfoca exatamente essa realidade.

Fique claro que o CNJ não é mais um tribunal. Sua natureza é ímpar dentro da estrutura do Poder Judiciário Nacional. Nossa missão mais relevante é a de planejar estrategicamente o Judiciário; um Judiciário que atenda às necessidades de nossa população, em que facilidade de acesso e agilidade nas soluções seja direito de todos.

Para obter esses resultados, seguimos duas trilhas complementares: a da solução alternativa dos litígios e a da automação do processamento. A ambas já fiz referência na mensagem que lhes apresentei no início de 2007. Houve progressos que merecem destaque. Cresceu a utilização da conciliação.

Especializaram-se os serviços, e o CNJ promoveu a formação de cerca de 200 multiplicadores em atividades educativas realizadas em diversos tribunais. Mais de 1.800 palestras de divulgação foram realizadas. A prática conciliatória, Sr. Presidente, tornou-se cotidiana em todo o País. E, para dar o devido destaque à aceitação da nova maneira de tratar os conflitos, o Conselho promoveu, em dezembro último, uma Semana Nacional da Conciliação. Com a adesão de todos os tribunais do País, nela se realizaram 182.500 audiências, com movimentação financeira de cerca de 342 milhões e meio de reais.

Mais importante que esses números é frisar a natureza dos acordos levados a efeito. Inúmeros resultaram na aquisição da casa própria, com quitação e liberação das hipotecas correspondentes; outros tantos livraram muitas prefeituras do interior dos seus débitos com precatórios judiciais. Quase 20 mil reclamações trabalhistas tiveram desfecho com satisfação aos trabalhadores.

Sob a égide das Casas de Justiça, promoveu-se a pacificação de querelas de muito difícil solução, e cito-lhes um breve exemplo: o caso do terreno invadido em Mato Grosso, sobre o qual já se localizava uma população de cerca de 400 pessoas. A prudência do magistrado que conduziu o processo reuniu junto à mesa de negociação os representantes da comunidade, os proprietários do imóvel e a Prefeitura local.

Ao final, ao invés de litígio, tinha-se um novo loteamento, com terrenos regularizados e a serem pagos em módicas prestações. Respeitadas foram as necessidades e a capacidade de pagamento dos moradores, o direito de propriedade dos titulares do terreno e os interesses municipais em diluir a intranquilidade social, regularizar as moradias e passar com novos contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano.

Esse e tantos outros exemplos, Sr. Presidente, fazem-nos confiar na utilização crescente dos mecanismos de conciliação e mediação. Eles não apenas evitam o congestionamento do sistema judiciário, mas fazem com que as partes se comprometam com a solução que elas mesmas construíram, garantindo, assim, a pacificação social.

Quanto à automação, muito há que dizer. Na esteira da edição da Lei nº 11.419/2006, que estabeleceu as diretrizes para a adoção do processo eletrônico, o Conselho Nacional de Justiça difundiu o Projeto Justiça Social. Desenvolvido com *software* livre, o Projudi permite a tramitação de processos por meio digital e com acesso remoto via rede mundial de computadores.

O sistema dá mais agilidade e transparência ao Judiciário, além de propiciar grande economia de recursos. A automação dos atos burocráticos, tais como juntadas, certificações de prazos etc., que antes exigiam a participação de um funcionário do juízo, é agora executada automaticamente, acelerando a tramitação.

Até o final do mês de fevereiro, vinte e quatro Tribunais de Justiça já terão implantado o sistema em varas-piloto, e contamos firmar dentro de breves dias termo de Cooperação Técnica com o Conselho da Justiça Federal para a elaboração conjunta de um sistema padrão de processo judicial eletrônico.

Destaque-se que as varas de processo virtual não se concentram exclusivamente nas capitais, mas cumprem a finalidade de superar as grandes distâncias deste País, proporcionando aos cidadãos de localidades tão remotas, como Tefé ou Tabatinga, no Amazonas, a mesma qualidade de justiça que é oferecida nas grandes cidades.

Como grande incentivador do processo eletrônico, o Conselho Nacional de Justiça não poderia deixar de adotá-lo em seus procedimentos. E desde maio do ano recém-findo, todos os nossos feitos tramitam exclusivamente em formato digital. Cada um dos conselheiros tem acesso aos autos via *internet* e pode proferir suas decisões de onde quer que esteja. As inovações dessa ordem exigem alterações de comportamento e elevada capacidade de adaptação, mas, na seqüência, rendem benefícios tão evidentes que se torna inviável o retrocesso aos métodos de trabalho anteriores.

Não é surpresa, portanto, Sr. Presidente, verificar que a automação é mais difundida nos Juizados Especiais. Pelos Juizados Especiais Federais tramita cerca de 1,2 milhão de processos correspondentes a 41% da distribuição da Justiça Federal. Os Juizados Especiais Estaduais contabilizam 7,8 milhões de processos em tramitação. Ainda assim, a taxa de congestionamento desse setor é mais baixa de todo o Poder Judiciário.

Os dados são eloqüentes ao demonstrar o sucesso deste novo modelo de acesso à Justiça, que soluciona os casos mais simples com um mínimo de formalismo, menor custo e rápida decisão.

Dentro de dois meses, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, encerra-se minha gestão perante o Conselho Nacional de Justiça, e devo referir o imenso proveito e a satisfação que tive em privar com seus integrantes, quer da primeira, quer da segunda composição. Em ter contato direto com todos os ramos da magistratura brasileira, à qual não cesso louvar por sua atuação discreta e eficiente, por seu espírito público e por sua dedicação irrestrita à causa da Justiça.

No sistema de freios e contrapesos que adotamos para nossa organização política, é fundamental a presença de um Judiciário firme e isento, independente e responsável, acessível e eficiente, afinado com as realidades do País e com os anseios de seu povo. Um Judiciário que possa dizer o Direito com tranquilidade e fazer justiça efetivamente para todos. A tanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se propõe a contribuir o Conselho Nacional de Justiça, como um ponto de convergência e um elemento aglutinador dos diversos ramos do Poder Judiciário nacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Sr. 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Osmar Serraglio, procederá à leitura da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Convido S. Ex^a para proceder à leitura da Mensagem presidencial.

O SR. OSMAR SERRAGLIO (PMDB – PR. Procede à leitura da Mensagem.) – Mensagem ao Congresso Nacional de 2008:

Minhas senhoras e meus senhores, esta é a sexta vez que tenho a honra e a grande satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos de ação e expectativas.

Os dados e os números que estão sistematizados nesta mensagem certamente comprovam que vivemos hoje em um País muito melhor do que aquele das últimas décadas. Este resultado que tanto nos orgulha é fruto de um enorme esforço coletivo não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra cada dia mais consciente e participativa.

Este momento excepcional, sem dúvida, decorre dos avanços da democracia em nosso País e, ao mesmo tempo, contribui para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

A economia brasileira certamente cresceu mais de 5% no ano passado, com baixa inflação e, neste ano, continuará crescendo em ritmo semelhante, porque os seus fundamentos estão sólidos e ganharam a confiança de todos, tanto interna como externamente.

As reservas internacionais do Brasil, que, no fim do ano de 2006, eram de US\$86 bilhões, alcançaram, em dezembro de 2007, US\$180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País. E a balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações quanto das importações.

O emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, um marco na nossa história. As estatísticas apontam que o desemprego tem diminuído de forma contínua. E a massa salarial

cresceu 7% no ano passado, com os trabalhadores obtendo reajustes acima da inflação em quase todas as negociações.

Milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Estudos apontam que nada menos do que 20 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam, nos últimos cinco anos, das classes D e E para a classe C. O amplo mercado de massas que está sendo criado em nosso País não apenas é um sinal efetivo dessa vigorosa mobilidade social como significa um dos sustentáculos da retomada do nosso crescimento econômico.

No ano passado, a ONU incluiu o Brasil, pela primeira vez, no grupo dos países com alto Índice de Desenvolvimento Humano. Isso significa que a luta contra a fome e a pobreza, por meio de um conjunto articulado de programas, entre os quais se destaca o Bolsa Família, está dando resultado e obtendo reconhecimento crescente no País e no exterior.

Crescer de modo sustentado e com inclusão social tem sido o nosso objetivo maior e, sem dúvida, a mais significativa conquista desses últimos anos.

Um marco das ações do Governo Federal no ano passado foi o lançamento e a consolidação do PAC – o Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que, neste ano de 2008, o Brasil inteiro começará a sentir de perto os efeitos da implantação das ações do PAC, transformando-se, cada vez mais, em um verdadeiro canteiro de obras. Até 2010, R\$504 bilhões vão ser investidos em rodovias, ferrovias, hidrovias, energia, portos e aeroportos, habitação, água potável e saneamento básico por todo o País.

Tenho de ressaltar que o Governo está empenhado não somente em fazer mais, mas em fazê-lo de forma cada vez mais racional, qualificada e barata, realizando uma gestão eficaz dos recursos públicos. Alguns exemplos significativos demonstram isso. Nas licitações para exploração de rodovias, o preço dos pedágios caiu fortemente; no leilão da usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, o custo do megawatt/hora voltou aos patamares do início da década de 90.

Tudo isso não se consegue sem enfrentar enormes dificuldades e superar obstáculos. Um instrumento fundamental de fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do País. Este é um dos traços mais marcantes e inovadores do nosso Governo, que sempre faço questão de destacar.

A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País. Desde o primeiro mandato, temos

investido fortemente no processo de interlocução com a sociedade. Fortalecemos os Conselhos existentes e criamos cerca de trinta novos naqueles setores onde não havia canais institucionalizados de participação. Entre eles, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional da Juventude. Também reativamos o Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Realizamos mais de cinquenta Conferências setoriais, mobilizando até hoje cerca 2,5 milhões de participantes nos Municípios, Estados e eventos nacionais, contribuindo diretamente para a elaboração de nossas políticas públicas.

O fortalecimento da integração sul-americana permanece como objetivo prioritário da atuação internacional brasileira. No ano passado, continuou intenso o intercâmbio de visitas entre os mandatários sul-americanos, com a conclusão de inúmeros acordos e medidas concretas de aproximação.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) constitui o mais importante alicerce do projeto de integração regional. Um projeto que vem avançando não só em termos comerciais, mas também nos níveis político e sociocultural. O Parlamento do Mercosul começou a funcionar, o que contribuirá para aumentar a segurança jurídica do processo de integração.

Intensificamos as relações com os países africanos e asiáticos, como também com os parceiros mais tradicionais, Estados e União Européia.

Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil – União Européia, com as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia.

Firmamos com os Estados Unidos o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis para promover a cooperação bilateral, o desenvolvimento do setor em terceiros países e de um mercado global de biocombustíveis.

Em março, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova Iorque, pelo Brasil, África do Sul, China, União Européia, Estados Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto.

Vivemos num momento excepcional no nosso País e estamos no rumo certo, mas tenho plena consciência de que é preciso avançar muito mais. Três áreas terão atenção redobrada em 2008: segurança, educação e saúde.

Na segurança, vamos estreitar ainda mais a colaboração com os Estados, dando continuidade ao fortalecimento da inteligência policial, da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal. Lançamos no ano passado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), que contará com mais de R\$6 bilhões até 2010 para investir no combate ao crime e na defesa de nossos cidadãos.

Em relação à saúde, no começo de dezembro do ano passado, lançamos um vasto programa que ficou conhecido como “PAC da Saúde”, destinando até 2010 mais R\$24 bilhões para o setor. Entre outras coisas, todas as crianças das escolas públicas passariam a ter consultas médicas regulares, inclusive com dentistas e oculistas. Infelizmente, esse processo foi trancado com a derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), responsável em boa medida pelos investimentos na saúde. Mas tenho certeza de que o Governo, o Congresso e a sociedade, juntos, encontrarão uma solução para o problema.

Quanto à educação, além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), criamos o Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que fará uma revolução na qualidade do ensino no País. Até 2010, serão aplicados R\$12 bilhões a mais nos ensinos médio e fundamental, melhorando os salários dos professores, garantindo a sua formação continuada e equipando as escolas. E estamos abrindo 10 novas universidades públicas, 48 extensões universitárias no interior e 214 escolas técnicas em todo o País. Também estamos ampliando o Programa Universidade para Todos (ProUni), que ofereceu 400 mil bolsas de estudos em faculdades particulares, e lançando o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que, em 4 anos, vai criar cerca de 400 mil novas vagas nas universidades federais.

O País e o Executivo, Sr^{as} e Srs. Congressistas, têm muito a agradecer ao Parlamento brasileiro por todas as matérias fundamentais que examinou, e sobre as quais deliberou, durante o ano passado. Juntos, os Poderes da República e a sociedade, seremos cada vez mais capazes de trabalhar pelo bem do Brasil, construindo uma Nação desenvolvida e socialmente mais justa.

Quero concluir a apresentação desta Mensagem, repetindo que sou, ao mesmo tempo, o mais satisfeito e o mais insatisfeito dos brasileiros. Satisfeito porque fizemos muito, e insatisfeito porque tudo isso ainda é pouco diante do tamanho da nossa dívida social.

Que tenhamos, todos, um profícuo 2008, para o bem do Brasil e de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Brasília, 6 de fevereiro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República Federativa do Brasil.

É o seguinte o texto da Mensagem Presidencial:

Minhas senhoras e meus senhores,

Esta é a sexta vez que tenho a honra e a grande satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos de ação e expectativas.

Os dados e os números que estão sistematizados nesta Mensagem certamente comprovam que vivemos hoje em um País muito melhor do que aquele das últimas décadas. Este resultado, que tanto nos orgulha, é fruto de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra a cada dia mais consciente e participativa.

Este momento excepcional sem dúvida decorre dos avanços da democracia em nosso País e, ao mesmo tempo, contribui para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

A economia brasileira certamente cresceu mais de 5% no ano passado, com baixa inflação e, neste ano, continuará crescendo em ritmo semelhante porque os seus fundamentos estão sólidos e ganharam a confiança de todos, tanto interna como externamente.

As reservas internacionais do Brasil, que no final de 2006 eram de US\$ 86 bilhões, alcançaram em dezembro de 2007 US\$ 180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País, e a balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$ 40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações quanto das importações.

O emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, um marco na nossa história. As estatísticas apontam que o desemprego tem diminuído de forma contínua. E a massa salarial cresceu 7% no ano passado, com os trabalhadores obtendo reajustes acima da inflação em quase todas as negociações.

Milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Estudos apontam que nada menos de 20 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam nos últimos cinco anos das classes D e E para a classe C. O amplo mercado de massas que está sendo criado em nosso País não apenas é um sinal efetivo dessa vigorosa mobilidade social como significa um dos sustentáculos da retomada do nosso crescimento econômico.

No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu o Brasil, pela primeira vez, no grupo dos países com alto índice de desenvolvimento humano. Isso significa que a luta contra a fome e a pobreza, por meio de um conjunto articulado de programas entre os quais se destaca o Bolsa Família, está dando resultado e obtendo reconhecimento crescente no País e no exterior.

Crescer de modo sustentado e com inclusão social tem sido o nosso objetivo maior e, sem dúvida, a mais significativa conquista destes últimos anos.

Um marco das ações do Governo Federal no ano passado foi o lançamento e a consolidação do PAC – o Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que neste ano de 2008, o Brasil inteiro começará a sentir de perto os efeitos da implantação das ações do PAC, transformando-se cada vez mais em um verdadeiro canteiro de obras. Até 2010, R\$ 504 bilhões vão ser investidos em rodovias, ferrovias, hidrovias, energia, portos e aeroportos, habitação, água potável e saneamento básico por todo o País.

Tenho de ressaltar que o Governo está empenhado não somente em fazer mais, mas em fazê-lo de forma cada vez mais racional, qualificada e barata, realizando uma gestão eficaz dos recursos públicos. Alguns exemplos significativos demonstram isso: nas licitações para exploração de rodovias, o preço dos pedágios caiu fortemente; no leilão da usina de Santo Antonio, no rio Madeira, o custo do megawatt/hora voltou aos patamares do início da década de 90.

Tudo isso não se consegue sem enfrentar enormes dificuldades e superar obstáculos. Um instrumento fundamental de fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do País. Este é um dos traços mais marcantes e inovadores do nosso Governo, que sempre faço questão de destacar.

A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado consequência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País. Desde o primeiro mandato, temos investido fortemente no processo de interlocução com a sociedade. Fortalecemos os Conselhos existentes e criamos cerca de 30 novos, naqueles setores onde não havia canais institucionalizados de participação. Entre eles, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional da Juventude. Também reativamos o Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Realizamos mais de 50 Conferências setoriais, mobilizando, até hoje, cerca de dois milhões e meio de participantes nos Municípios, Estados e eventos nacionais, contribuindo diretamente para a elaboração de nossas políticas públicas.

O fortalecimento da integração sul-americana permanece como objetivo prioritário da atuação internacional brasileira. No ano passado, continuou intenso o intercâmbio de visitas entre os mandatários sul-americanos, com a conclusão de inúmeros acordos e medidas concretas de aproximação.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) constitui o mais importante alicerce do projeto de integração regional. Um projeto que vem avançando não só em termos comerciais, mas também nos níveis político e sociocultural. O Parlamento do Mercosul começou a funcionar, o que contribuirá para aumentar a segurança jurídica do processo de integração.

Intensificamos as relações com os países africanos e asiáticos, como também com os parceiros mais tradicionais, Estados Unidos e União Européia.

Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil-União Européia, com as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia.

Firmamos com os Estados Unidos o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis para promover a cooperação bilateral, o desenvolvimento do setor em terceiros países e de um mercado global de biocombustíveis.

Em março, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova York, pelo Brasil, África do Sul, China, União Européia, Estados Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto.

Vivemos um momento excepcional no nosso País e estamos no rumo certo, mas tenho plena consciência de que é preciso avançar muito mais. Três áreas terão atenção redobrada em 2008: segurança, educação e saúde.

Na segurança, vamos estreitar ainda mais a colaboração com os Estados, dando continuidade ao fortalecimento da inteligência policial, da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal. Lançamos no ano passado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), que contará com mais de R\$ 6 bilhões até 2010 para investir no combate ao crime e na defesa de nossos cidadãos.

Em relação à saúde, no começo de dezembro do ano passado, lançamos um vasto programa que ficou conhecido como “PAC da Saúde”, destinando até 2010 mais R\$ 24 bilhões para o setor. Entre outras coisas, todas as crianças das escolas públicas passariam a ter consultas médicas regulares, inclusive com dentistas e oculistas. Infelizmente, esse processo foi truncado com a derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), responsável em boa medida pelos investimentos na saúde. Mas tenho certeza de que o Governo, o Congresso e a sociedade, juntos, encontrarão uma solução para o problema.

Quanto à educação, além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), criamos o Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que fará uma revolução na qualidade do ensino no País. Até 2010, serão aplicados R\$ 12 bilhões a mais nos ensinos médio e fundamental, melhorando os salários dos professores, garantindo a sua formação continuada e equipando as escolas. E estamos abrindo 10 novas universidades públicas, 48 extensões universitárias no interior e 214 escolas técnicas em todo o País. Também estamos ampliando o Programa Universidade para Todos (ProUni), que já ofereceu 400 mil bolsas de estudos em faculdades particulares, e lançando o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) que, em 4 anos, vai criar cerca de 400 mil novas vagas nas universidades federais.

O País e o Executivo, Senhoras e Senhores Congressistas, têm muito a agradecer ao Parlamento brasileiro por todas as matérias fundamentais que examinou, e sobre as quais deliberou, durante o ano passado. Juntos, os poderes da República e a sociedade, seremos cada vez mais capazes de trabalhar pelo bem do Brasil, construindo uma nação desenvolvida e socialmente mais justa.

Quero concluir a apresentação desta Mensagem repetindo que sou, ao mesmo tempo, o mais satisfeito e o mais insatisfeito dos brasileiros. Satisfeito porque fizemos muito, e insatisfeito porque tudo isso ainda é pouco diante do tamanho da nossa dívida social.

Que tenhamos, todos, um profícuo 2008, para o bem do Brasil e de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Brasília, 6 de fevereiro de 2008.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho, PMDB – RN) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Exm^o Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal; Exm^a Sr^a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exm^a Sr^a Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil; Exm^o Sr. Deputado Narcio Rodrigues, 1^o Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional; Exm^o Sr. Deputado Osmar Serraglio, 1^o Secretário da Mesa do Congresso Nacional; Exm^o Sr. Senador Efraim Morais, 1^o Secretário da Mesa do Senado; Exm^o Sr. Enzo Martins Peri, Ministro da Defesa em exercício; Exm^o Sr. Almirante de Esquadra Júlio Sabóia de Araújo Jorge, Comandante Interino da Marinha; Exm^o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Embaixadores e demais representantes do Corpo Diplomático; Exm^o Sr. Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Exm^o Sr. Gilmar Mendes, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exm^{os} Srs. Ministros dos Tribunais Superiores; Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Deputados Federais e Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, a abertura da Segunda Sessão Legislativa da 53^a legislatura do Congresso Nacional é momento oportuno para ressaltar que nossa democracia institucional se fortalece. Ela enfrenta, ao mesmo tempo, desafios na viabilização das demandas sociais.

Neste momento em que recebemos a Mensagem Presidencial desejando a este Poder Legislativo o pleno desenvolvimento de seus trabalhos, cabe a nós agradecer esse convite à ação lembrando a especificidade e a importância do Legislativo em nosso ordenamento constitucional e sistema político.

O parlamento é a principal instância de afirmação da soberania popular. Ele representa a vontade nacional em sua pluralidade, refletindo suas diferenças, assim como possibilita a convergência de interesses e concepções.

Seu papel é essencial na formulação de leis e na deliberação de iniciativas governamentais, incluindo neste ponto a prerrogativa de melhorar e modificar o que lhe é apresentado. Exerce também a função indispensável da fiscalização em defesa dos valores e princípios que regem nossa sociedade.

Uma democracia representativa e consolidada exige, portanto, um Congresso forte, com capacidade para realizar suas tarefas de formulação de leis e de controle.

No exercício dessas graves competências constitucionais, ao Congresso cabe, do mesmo modo, a

iniciativa de detectar e corrigir seus próprios erros e avançar no trabalho de aprimoramento institucional de nosso País.

A Câmara dos Deputados tem trabalhado com empenho para corresponder às expectativas criadas por essas aspirações de aperfeiçoamento democrático e inicia esta nova Sessão Legislativa motivada pelos bons resultados alcançados em 2007.

Na Câmara, os trabalhos realizados nas Comissões foram intensos e muito produtivos. Entre 15 de fevereiro e 15 de dezembro do ano passado foram realizadas 1.423 reuniões das Comissões Permanentes e 227 reuniões das 23 Comissões Temporárias em funcionamento no período. No Plenário foram realizadas 111 sessões extraordinárias deliberativas. Vale aqui ressaltar que foi um número superior às sessões ordinárias deliberativas.

Em 2007, houve, na Câmara, uma redução total de gastos de R\$164.600.000,00. Foram economizados R\$30 milhões com a extinção de cargos, R\$10 milhões com o corte de horas-extras e R\$61,4 milhões com despesas de custeio.

Srs. Congressistas, Sr^a Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr^a Ministra-Chefe da Casa Civil, vivemos um momento de estabilidade econômica e recuperação do papel do Estado na promoção do desenvolvimento e na proteção das condições de vida da população. A inflação está sob controle e o emprego e a renda média estão crescendo.

Entretanto, esses sucessos inegáveis não esgotam nossa agenda política. Temas como expansão e formalização de empregos, educação de qualidade, segurança pública, proteção ao meio ambiente e proteção à saúde ainda permeiam de forma continuada nosso debate público, demandando de nós, representantes, um contínuo esforço de trabalho árduo.

É assim que retomamos os trabalhos legislativos, conscientes de nossa responsabilidade perante uma sociedade que espera respostas eficientes e duradouras para questões que serão decisivas em qualquer estratégia de desenvolvimento nacional, que vão viabilizar sua sustentabilidade e legitimidade e distribuir renda por meio de políticas sociais.

No caso da saúde, a questão mais importante para o ano de 2008 refere-se ao desafio de encontrar uma solução permanente para o crônico subfinanciamento do Sistema Único de Saúde.

Outro tema da maior relevância que certamente deverá ser discutido este ano é o novo disciplinamento das medidas provisórias, Sr. Presidente Garibaldi Alves, aliás tema já discutido e aprovado no Senado Federal.

O assunto é complexo e tem sido objeto de muito debate aqui na Câmara. Atualmente, tramitam na Câmara dos Deputados cerca de trinta propostas de emenda à Constituição, todas apensadas à PEC nº 511, de 2006, que, como dissemos, já foi aprovada no Senado. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manifestou-se, aprovando parecer pela admissibilidade. As atenções voltam-se agora para a Comissão Especial, criada por ato da Presidência em 22 de outubro de 2007, destinada a apreciar as referidas propostas, que apresentam as mais variadas sugestões para o aperfeiçoamento das regras acerca das medidas provisórias.

Há muito trabalho a ser feito, especialmente com o estímulo da participação dos representantes do povo no aperfeiçoamento de matérias propostas e na apresentação de novos projetos que venham a atacar os problemas que afligem nossa população.

Com o compromisso dos Congressistas com a governabilidade, faremos com que o Legislativo cumpra com a sua mais relevante função institucional, que é poder deliberar livremente no interesse da maioria da população brasileira. Assim iniciamos nossos trabalhos e assim estamos determinados a realizar a nossa função.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Exmo. Sr. Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, Exma. Sr^a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exma. Sr^a Dilma Rousseff, Ministra Chefe da Casa Civil, Exmo. Sr. Nárício Rodrigues, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Deputado Osmar Serraglio, 1º Secretário do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Senador Efraim Morais, 1º Secretário do Senado Federal, Exmo. Sr. Enzo Martins Peri, Ministro da Defesa em exercício, Exmo. Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Saboya de Araújo Jorge, Comandante da Marinha em exercício, Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, Exmas. Sras. e Srs. Embaixadores e demais representantes do Corpo Diplomático, Exmo. Sr. Ministro Rider Nogueira de Brito, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Exmo. Sr. Gilmar Mendes, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmas. Sras. e Srs. Deputados Federais, Exmas. Sras. e Srs. Senadores, Exmos. Srs. Ministros dos Tribunais Superiores, minhas senhoras e meus senhores.

Na instalação da nova Sessão Legislativa do Congresso Nacional, creio que não temos espaço só para a alegria e a confraternização do reencontro. Esta solenidade não é para se esgotar e se exaurir na cerimônia festiva, mas deve ser marco de reflexão

nesta Quarta-Feira de Cinzas. Nem a austeridade formal deste ato, que decorre de imperativo constitucional, pode impedir que firmemos um compromisso – cada Congressista e todos – na busca de entendermos o momento agora vivido pelas instituições políticas brasileiras, compreendendo-o em sua dimensão mais profunda. Assim, eis que se abre a todos nós a oportunidade para desbravarmos os novos caminhos que levem o Brasil à plenitude do desenvolvimento, da harmonia e da justiça social.

Primeiro, quero pedir a compreensão de todos, porque pode ser que eu não seja tão breve neste discurso, mas acredito que devo colocar as coisas em definitivo, não deixando dúvidas com relação àquilo que todos nós haveremos de fazer juntos na constatação de que o trabalho do Congresso Nacional – creio que o nosso Presidente Arlindo Chinaglia pensa da mesma maneira – está muito aquém do momento vivido pela nacionalidade brasileira.

Não pretendo dar lições aqui às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas – aliás, seria ensinar Padre-Nosso a vigário –, mas convido a todos a uma reflexão, a uma discussão do papel que o Congresso Nacional tem exercido e deve exercer no quadro das instituições e no seu relacionamento com os demais Poderes da República.

Não se pode ocultar, não se pode tapar o sol com a peneira, que a atividade precípua do Parlamento, qual seja a de legislar, tem-se atrofiado dia após dia. É preciso identificar as causas desse processo, que atrai para a vida política do nosso País perigosos limites para a democracia, na medida em que nós os representantes diretamente eleitos pelo povo estamos sendo alijados do processo de elaboração legislativa e de tomada das decisões nacionais. (Palmas.)

A Constituição da República, Sr^{as} e Srs. Congressistas, autoridades aqui presentes, faz 20 anos agora, em 2008. Seu texto original, nascido em circunstâncias históricas hoje superadas, já trazia um gigantismo de detalhamento tal que pouca margem restou à atividade do legislador ordinário. E isso só se tem agravado nos últimos anos, com as sucessivas emendas à Constituição, sempre inflando o Texto Constitucional com excessiva riqueza normativa e, por conseguinte, inibindo a força criadora e inovadora do nosso Parlamento.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, praticamente toda a regulação do sistema tributário e dos mecanismos orçamentários já está engessada na Constituição, bem como muito da disciplina jurídica da intervenção do Estado na atividade econômica. Significa isso que ao legislador ordinário pouco resta em tal campo, o que se agrava quando se faz o confronto de todo esse

regramento constitucional com a organização da Federação.

A grande centralização de poder – permita-me a Exm^a Sr^a Ministra Dilma Rousseff – com a União, dominadora, poderosa em tudo e onipresente em toda parte, não dá margem a que o Congresso Nacional possa realmente desempenhar aquele papel no equilíbrio da Federação, agindo para conter as desigualdades regionais, intervindo de forma a possibilitar aos Estados e Municípios maior e melhor atuação no trato dos seus interesses peculiares e problemas específicos.

Na verdade, fiz a citação à Ministra, mas tenho que reconhecer que esses problemas não estão acontecendo só no atual Governo. Esses problemas já se constituem uma herança que vem sendo transferida de governo após governo. De modo que não podemos inquirir, não podemos estigmatizar qualquer governo por uma responsabilidade precípua quanto a isso.

Srs. Congressistas, Sr^{as}. Congressistas, a tudo isso se deve acrescentar a profunda desconfiança com que, com a aparente proteção da Constituição, é vista a atividade parlamentar pelos demais Poderes da República, aqui tão bem representados.

Refiro-me à verdadeira transferência da elaboração legislativa para o Poder Executivo, através das medidas provisórias. Sinto que não são os problemas que as edições reiteradas de medidas provisórias, meu caro Presidente Arlindo Chinaglia, causam ao normal funcionamento da Câmara e do Senado o que de mais prejudicial à democracia elas apresentam. O grande mal que elas causam é que elas dispensam o Parlamento da função criadora das leis, amesquinham a atividade dos representantes do povo minam a função legislativa, evitam o debate livre e ainda acuam o Congresso Nacional, cerceado na iniciativa de medidas reclamadas pelo interesse público.

Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, não é exagero afirmar que, a cada medida provisória editada sem os critérios de relevância e urgência, a Constituição é rasgada com desprezo. Sob tal pano de fundo, o que se distingue, permitam-me, é um Congresso Nacional deformado na sua função mais essencial.

Não estou buscando, como já disse aqui, nem apontando culpados, mas o que estou dizendo é que não se deve ocultar da Nação nada que lhe diga respeito. Por isso, é preciso afirmar que não somente o Poder Executivo vem impondo ao Parlamento esse estado de aparente inatividade. Mais e mais, o Poder Judiciário vem agindo como legislador positivo, em decisões até aqui aplaudidas por grande maioria da opinião pública, mas que implicam riscos crescentes para a prática democrática.

A pretexto de ser interpretada a Constituição, os tribunais declaradamente avocam o poder de substituir o Congresso Nacional, transferindo para o debate jurídico o que deveria ser fruto do debate político, do confronto de opiniões divergentes, da busca do consenso e da final deliberação da maioria.

A Presidente do Supremo Tribunal Federal, que nos dá a honra de sua presença, sabe muito bem que o que estou dizendo ocorre, em algumas das vezes ou na maioria das vezes, por omissão nossa, por omissão do próprio Poder Legislativo. Mas não podemos deixar de dizer que é preciso impedir esse poder de substituir o Congresso Nacional. Não podemos abrir mão das nossas decisões de modo que sejam substituídas por decisões liminares e precárias de um único juiz, causando grande dano à vivência democrática. Não discuto a atribuição das Cortes de interpretar o espírito constitucional em matéria política, mas não é possível admitir que, sob o argumento da ausência de normas, o Poder Judiciário passe a agir como legislador. Nesse sentido, precisamos, isso sim, assumir responsabilidades e agir prontamente no campo legislativo, sem deixar vazios que possam ser interpretados como omissão congressional.

A verdade, porém, é que avança o governo do provisório, avança o governo do efêmero, avança o governo do contingente, avança o governo do emergencial. De um lado, Sr^{as} e Srs. Congressistas, as leis não são leis, mas medidas provisórias, cuja precariedade é de sua própria essência. De outro lado, providimentos judiciais cautelares, cuja substância é também circunstancial, e não o definitivo, têm gerado perigosa insegurança jurídica na vida nacional. Precisamos tirar o País do espaço da provisoriedade e inseri-lo no terreno da permanência. (Palmas.)

De fato, permanecemos convivendo com uma Constituição que perdeu sua função primeira, depois de o País ter-se livrado do autoritarismo político e da desordem econômica.

É preciso adequá-la à nova realidade brasileira, que tem economia sólida e em expansão, como destacou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua mensagem, com a abertura para o mundo globalizado, depois de estarmos domando o mal da inflação. Cumpre evitar que a Constituição se mantenha com regras que entravam o processo em que o Brasil se está inserindo, já próximo de continuar a fazer essa inserção à revelia da própria Constituição e das próprias leis.

Na verdade, eu não tenho um projeto pronto nem mesmo opinião pessoal já acabada sobre este tempo em que vivemos e sobre este tema que enfrentamos. Vamos conversar com os Líderes – o Deputado Arlindo Chinaglia e eu. Mas penso que o Congresso Nacional

se deve debruçar sobre a discussão que se impõe em torno da conveniência ou não de ser consultado o eleitorado a respeito de alteração da Constituição, já tão emendada e desfigurada.

Não é de hoje que muitas tentativas se têm feito para pôr termo àqueles graves problemas a que me estou referindo. Não se tem conseguido conter o reconhecido mal das medidas provisórias, nem se tem podido regular espaços abertos pela Constituição, o que tem dado aos outros Poderes o ensejo de avançar sobre prerrogativas universalmente reservadas aos Parlamentos eleitos.

É a riqueza de detalhe do vigente Texto Constitucional que eventualmente assegura legitimidade aos Juízes, especialmente aos dos Tribunais Superiores, para interferir crescentemente na Administração Pública, já quase que pondo em segundo plano a função tradicional, tão honrosa, que é a de arbitrar e conciliar os conflitos concretos, específicos e individuais.

Mas, antes de decidir o Congresso Nacional o que fazer para realizar a nobre missão de reordenar a ação pública no Brasil, alguma coisa há de se fazer desde já. Não se pode perder tempo, Sr^{as} e Srs. Congressistas. Não se pode deixar para hoje o que já se deveria ter feito ontem.

É por isso que eu digo que, eleito em circunstâncias muito especiais – talvez eu tenha pressa por isto, pois somente tenho um ano, um mandato de praticamente um ano –, faço ao Congresso Nacional uma constatação e anuncio uma providência.

Temos o que eu poderia dizer um inflado estoque: centenas de vetos presidenciais não apreciados e vindos de vários e antigos governos.

Muitos certamente já tratam de matérias superadas, mas outros tantos darão oportunidade a que o Congresso reabra o debate e volte a participar, efetiva e positivamente, de decisões de grande interesse nacional.

Como Presidente do Congresso, ao lado do Deputado Arlindo Chinaglia, pretendo chamar em breve os vetos à apreciação, e espero que isso dê oportunidade para que temas de largo alcance sejam objeto de discussão fecunda e profícua.

Mas, aqui, Sr^{as} e Srs. Congressistas, autoridades presentes, devo chamar a atenção para algumas dificuldades internas que precisam ser mais bem es-tudadas, entendidas e resolvidas.

Começo pelas medidas provisórias, e os entraves imediatos e constantes que elas trazem à normal atividade da Câmara e do Senado. Agora mesmo, aqui na Câmara, já têm sete trancando a pauta.

Temos de procurar uma solução. E gostaria de lembrar aquilo que foi dito pelo ilustre Presidente da

Câmara dos Deputados, que o Senado já aprovou uma proposta de emenda à Constituição que trouxe alguns importantes avanços e que estão tramitando nesta Casa. Dentre eles, destaco o mecanismo pelo qual a medida editada pelo Presidente da República só teria força de lei depois de sua admissibilidade ter sido reconhecida por comissão da Câmara ou do Senado, porque atendidos os critérios constitucionais de urgência e relevância.

Embora como Presidente do Senado eu não pretendo intervir em tema de exclusiva competência da Câmara dos Deputados, creio, Sr. Presidente Arlindo Chinaglia, que podemos voltar a tratar em conjunto desse problema até porque, sendo caso de emenda constitucional, a deliberação é tanto do Senado quanto da Câmara. Precisamos pois identificar as causas de eventuais divergências entre as duas Casas para superá-las. Desde já quero deixar aqui uma sugestão: seria o caso de se atribuir o exame da admissibilidade da medida provisória não a uma comissão permanente, mas às Mesas, ora da Câmara, ora do Senado, dando assim maior agilidade ao processo decisório que se busca nas medidas provisórias.

Em tema de relacionamento entre a Câmara e o Senado, creio que devemos ousar mais, buscar corajosamente algumas inovações. Permita-me, sobretudo o nosso Presidente Arlindo Chinaglia, o processo estancado de deliberação tem travado as decisões.

Não creio que o sistema tradicional na República, de revisão das decisões de uma Casa pela outra, deva ser abolido simplesmente. Mas penso que algumas matérias podem ficar a cargo só da Câmara, como muitas hoje já são de atribuição apenas do Senado.

Ainda dentro dessa visão que é de angústia de todos nós, os Parlamentares – depois de tudo o que vivemos principalmente no Senado – me procuram para que busquemos alterações regimentais, a fim de dar maior eficiência aos nossos trabalhos. Afinal de contas, a crise do Legislativo, aquele episódio do Senado, foi apenas a ponta de um *iceberg*.

Na verdade, os Regimentos das Casas Legislativas têm, a meu ver, dois propósitos principais inafastáveis. Por um lado, o regimento põe ordem nos debates. E nós sabemos muito bem disso. Quanto a isso, não temos nada a alterar, pois a Câmara e o Senado têm sido o grande cenário das decisões e das discussões nacionais. Por outro lado, o regimento, a par de garantir a decisão final da maioria, garante também a participação, a voz e a ação da minoria. Isso, igualmente, não pode ser postergado ou reduzido de forma alguma; ao contrário, deve ser valorizado, valorizada a participação de todos.

Sr^{as} e Srs. Congressistas, é com muita sinceridade que, perante V. Ex^{as} e a Nação, bem como perante os dignos representantes dos demais Poderes, como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, estou expondo as próprias dificuldades e deficiências que talvez se constituam num sinal de que todos unidos haveremos de resgatar o Parlamento e conquistar o respeito e a confiança de todos os brasileiros. (Palmas.)

Para isso, é inadiável propormos à Nação medidas que levem ao saneamento ético da prática política e partidária no Brasil.

Não podemos fugir da realidade. Como pode pretender o Congresso Nacional intervir eficazmente na vida administrativa do País se ele é incapaz de dar ao País, a tempo e a modo, até mesmo o Orçamento da União, que, de acordo com qualquer raciocínio lógico, deveria estar em vigor no primeiro dia do ano ao qual se destina? E como pode o Congresso reclamar de ser ator só fantasiado de poder decisório quanto às despesas e às receitas públicas, o que leva a fantasia ao próprio Orçamento, denominado de peça de ficção, se a ficção começa aqui dentro, fingindo o Congresso que o País tem Orçamento quando, nada obstante, o mesmo Congresso não é capaz de elaborá-lo oportunamente?

Sr. Presidente, estou profundamente preocupado. A esta altura, os senhores e as senhoras poderão estar pensando que estou imbuído daquele sentimento de utopia. Mas a utopia é necessária diante de tanto desencanto e desalento! Tal situação tem de ter fim.

Eu posso ficar sozinho – permitam-me, mas sei que não vou ficar, Sr. Presidente, porque tenho, sobretudo, a companhia de V. Ex^a –, mas ficarei o ano todo defendendo essas idéias, porque elas merecem ser defendidas!

Não tenho a ilusão de que todas elas serão aprovadas. Mas tenho a certeza, porque não estou aqui há pouco tempo; estive aqui como Senador em 1991 e estou aqui agora, e é a propósito do Orçamento que penso que devemos tratar do saneamento de nossas práticas políticas. Falo, Sr. Presidente, como sub-relator de uma comissão de inquérito que aqui foi instalada e que foi denominada, para tristeza de todos nós, a CPI dos Anões.

Voltando agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vejo que aquela situação tenha se modificado na medida em que esperamos e que espera de todos nós a sociedade. O povo brasileiro não pode entender como se trata do Orçamento da maneira como tratamos.

Nada atinge mais de perto e mais de frente a independência do Parlamento, e corrói de forma tão intensa a grandeza moral que deve nortear a nossa

ação, quanto o esmolar a que somos submetidos para liberar as emendas orçamentárias de interesse público para liberá-las para nossos Estados e Municípios. É esmolar mesmo!

Pior do que isso, esse interesse público termina confundido com vantagem pessoal, como se todo Parlamentar embolsasse esses recursos públicos e com específica destinação pública.

Como corrigir essa fonte permanente de descrédito, e, confesso, aqui ou acolá, fonte também de desvios éticos? Alterando completamente o processo orçamentário, e aqui chamo a atenção, mais uma vez, para as atuais circunstâncias sociais, políticas e econômicas não vigentes ao tempo da redação da Constituição de 1988. Com a estabilidade econômica, é perfeitamente possível termos um Orçamento mais impositivo, de forma que o Congresso, cuja origem na vida das nações civilizadas decorreu da necessidade do controle dos tributos e dos gastos públicos, volte a assumir o verdadeiro papel que é seu, que é nosso e que a Nação espera que efetivamente seja do Congresso Nacional. E não temamos ser acusados de perdulários, quando podemos evitar sermos tidos por desonestos, até porque ninguém nesta República pode atirar a primeira pedra.

Este é um tema importante, mas só um aspecto do grande problema com que nos debatemos em busca daquele saneamento moral da atividade política.

Já estou terminando, Sr^{as} e Srs. Congressistas, mas não acredito que possamos terminar um dia como o de hoje, de tanta reflexão, sem falar do saneamento moral.

Não acredito que possamos sanear moralmente a atividade do eleito se não sanarmos a eleição. Longe de mim não expressar todo o respeito pelo enorme esforço que vem sendo empreendido pela Justiça Eleitoral, com o processamento eletrônico dos pleitos, exemplo para o mundo. Mas isso não é o bastante.

Há grande perplexidade quanto à investidura de alguns, cujos antecedentes e cujas práticas não condizem com a vida honrada e a ação moralmente íntegra da imensa maioria dos Parlamentares e Chefes dos Executivos. Mas isso tem raiz.

O sistema partidário brasileiro clama por profunda alteração. É um sistema perniciosamente híbrido, ao mesmo tempo de liberdade e autonomia, mas também de imposições legais e controle judicial.

Disso decorre que os partidos têm a oportunidade de tomar parte em uma verdadeira farsa política, aparentando democracia interna para satisfazer à Justiça e à lei, mas praticando o mandonismo em nome da autonomia constitucionalmente assegurada.

Na contramão de todo pensamento democrático, os Partidos se fazem e se dirigem de cima para baixo, todos sabemos disso, posto que o que menos conta são as bases municipais, e os filiados nada mais são que figurantes cartorários, na maioria das vezes. Há exceções, não generalizemos. E, com essas, devemos dizer que há necessidade de modificação. Não há Partido sem participante na base. Todo esforço se faz necessário para a formação de bases políticas sólidas, plenas de entusiasmo, motivadas e participativas. Não há Partido sem escopo doutrinário, sem pensamento, sem idéias a que adiram os filiados.

Daí soar estranha a exigência de fidelidade perpétua dos eleitos aos Partidos, assim dirigidos não pelos ideais da massa dos filiados, mas pelas conveniências e contingências dos dirigentes e das circunstâncias políticas do momento. (Palmas.)

Dentro desse mesmo tema, a questão do exame da vida pregressa dos candidatos deve ser objeto de imediata deliberação do Congresso. Já a Constituição, por emenda de revisão em 1994, vejam os senhores, em 1994, admite que seja impedida a candidatura de quem não possa passar incólume pelo julgamento ético de sua vida e de suas ações. Urge o Congresso adiantar-se na regulamentação desse dispositivo constitucional, não só dando um passo importante e eficaz na direção da depuração moral das instituições políticas, como também evitando o que hoje tem infelizmente acontecido aqui e acolá. Refiro-me ao julgamento posterior dos eleitos cujos mandatos são cassados a revelia das Câmaras a que pertencem. E pior, em desrespeito à deliberação do eleitorado. A democracia exige o respeito à decisão eleitoral, ao mesmo tempo em que impõe que o indigno não possa se apresentar ao julgamento popular. Não é à toa que o termo candidato tem raiz etimológica no que é cândido, puro e moralmente hábil.

Penso, e não tenho qualquer veleidade de supor ser essa a melhor opção, pois me entrego ao debate, à discussão que incentivo e estímulo, que só quando resolvidas essas duas questões básicas, democracia nos Partidos e inelegibilidade dos moralmente inábeis, poderemos avançar nos demais temas de aperfeiçoamento eleitoral e político de acordo com as expectativas nacionais.

Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados. Perdoem-me – quem me ouviu aqui deve saber e sabe muito bem que sou apenas um entre iguais –, mas me perdoem a franqueza e os eventuais equívocos, já que tenho a certeza de que contarei com o apoio na busca dos acertos, em torno dos quais deixo

aqui penhorada toda a minha ação como Presidente do Senado e do Congresso Nacional.

Tenho plena consciência da absoluta autonomia entre as duas Casas. A Presidência do Congresso é eventual, mas neste tempo de crise ponho-me à disposição e faço da Presidência do Senado um exercício de serviço a todo o Congresso Nacional.

Buscarei, com tanta diligência quanto com vigor e prudência, evitar que as divergências entre Governo e Oposição, necessárias à prática democrática, levem ao desgaste político do Parlamento. Já está na hora – permitam-me os meus colegas – de a Oposição saber que determinadas CPIs não têm relevância nem urgência como as medidas provisórias. Na verdade, as CPIs – e é preciso que o Congresso Nacional reflita sobre isso – podem terminar se constituindo nas medidas provisórias do Governo. Por quê? Porque a CPI não pode ser vulgarizada. A CPI tem que ser valorizada. Não faço essa referência com relação a nenhuma CPI que esteja sendo cogitada. Faço essa referência porque entendo que a Oposição precisa colaborar, precisa saber que há uma hora em que o interesse nacional se impõe. Creio que os meus colegas de oposição estão entendendo o que estou dizendo.

Não vim para esta Presidência para acender uma vela a Deus e outra ao diabo; vim – permitam-me – para fazer justiça e para promover o equilíbrio entre Governo e Oposição.

Srs. Congressistas, desculpem-me, abusei do tempo, da generosidade. Como dizia o meu ilustre conterrâneo do Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo: “Temos o melhor do Brasil, que são os brasileiros”. Somos brasileiros e, portanto, temos tudo para fazer o melhor pelo Brasil. Vamos fazer o melhor pelo Brasil. Será que eu estou sendo quixotesco? Não! Estou falando de temas que são correntes, que estão presentes em todas as nossas conversas, em todo os nossos pronunciamentos.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o que estou dizendo aqui é alguma coisa que se tornou de uma obviedade impressionante, impressionante porque nós não temos a capacidade de nos indignar com isso que está acontecendo.

Fico constrangido quando vejo um conterrâneo nosso se aproximar de mim e dizer: “Parlamento era aquele de Aliomar Baleeiro; Parlamento era aquele de Affonso Arinos; Parlamento era aquele de Carlos Lacerda”.

Fico pensando que o nosso Parlamento tem talentos como esses que citei e que poderiam hoje ser citados com tanto entusiasmo como foram citados esses nomes. Perdoem-me os pessedistas, porque parece que só citei os udenistas.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo possa mandar a reforma tributária. Tenho certeza de que mandará. Fico angustiado quando os jornalistas me perguntam sobre a reforma tributária e me dizem que o Governo não manda o projeto porque o Congresso, no segundo semestre, não vai trabalhar, porque vai haver eleição.

Meus senhores, o Congresso pode trabalhar aqui e trabalhar lá. De que adianta não trabalhar aqui e ir para lá e enfrentar a contestação do eleitor, cobrando deste Congresso o trabalho que precisa ser realizado?

Já é hora de terminar, ou melhor, é hora de começar. Vamos começar segundo a lição de antiga sabedoria de que “o começo é a metade do todo”. Se bem começamos, estamos a meio caminho do êxito.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Cumprindo a finalidade da sessão, agradeço às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com seu comparecimento.

Agradeço, especialmente, a participação da Sr^a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, e da Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que nos trouxe a Mensagem do Senhor Presidente, Ministra Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 47 minutos.)

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Anexo II – Senado Federal
Telefones: 3311-5255 e 3311-4561
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ⁴ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 20.12.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Anexo II – Senado Federal
Telefones: 3311-5255 e 3311-4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS